

Empreendedorismo acadêmico e a nova morfologia social do trabalho: estudo de caso das empresas juniores da Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Academic entrepreneurship and the new social morphology of work: a case study of junior companies at Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Bruno Chapadeiro Ribeiro*

Resumo

Sabe-se que o século XX moldou-se pela estruturação da chamada *sociedade do trabalho*, em que desde muito cedo fomos educados para o princípio fundante do trabalho. Nos EUA, o Babson College tornou-se um pólo de propagação do conceito de empreendedorismo com enfoque no ensino desta na graduação e pós-graduação, com base na valorização da “oportunidade” e da “superação de obstáculos”, introduzindo a educação para o trabalho empresarial através do currículo e das atividades extracurriculares. Em 1967, em Paris, estudantes da ESSEC Business School, com necessidades de experiências práticas que complementassem a formação acadêmica obtida na graduação, fundam uma associação sem fins lucrativos denominada *Junior-Enterprise*, com o objetivo de complementar a formação teórica adquirida na universidade através da aplicação prática encontrada na dita realidade empresarial. Em 1988, por iniciativa da Câmara de Comércio Brasil-França o conceito de empresa júnior chega ao Brasil. O Projeto Empresas Juniores surge na Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 1992 e hoje contam com recursos para desenvolver seus projetos advindos de investimentos públicos e privados reproduzindo uma

* Psicólogo, Pós-Doutorando em Saúde Coletiva pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo (EPM-Unifesp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0167-0164>.

educação voltada para a lógica capitalista-mercantil, que impulsiona seus estudantes para o chamado *mundo dos pequenos negócios*.

Palavras-chave: Trabalho; Gestão; Educação; Emprego; Empreendedorismo.

Abstract

It is known that the 20th century was shaped by the structuring of the so-called work society, in which we were educated very early in the founding principle of work. In the USA, Babson College becomes a hub for propagating the concept of entrepreneurship, focusing on teaching it at undergraduate and graduate levels, based on the appreciation of “opportunity” and “overcoming obstacles”, introducing education for the entrepreneurial work through curriculum and extra-curricular activities. In 1967, in Paris, students from the ESSEC Business School, with the need for practical experiences that complement the academic training obtained at graduation, founded a non-profit association called Junior-Enterprise, with the aim of complementing the theoretical training acquired at the university through the practical application found in the so-called business reality. In 1988, on the initiative of the Brazil-France Chamber of Commerce, the concept of a junior company arrived in Brazil. The Junior Enterprises Project emerged at the Universidade Estadual Paulista (UNESP) in 1992 and today they have resources to develop their projects from public and private investments, reproducing an education focused on the capitalist-mercantile logic, which drives its students to the so-called *world of small business*.

Keywords: Work; Management; Education; Employment; Entrepreneurship.

Introdução

O crescimento do desemprego em massa e a ampliação de novas formas de precariedade salarial e da precarização do trabalho que ocorrem hoje sob o capitalismo global é também uma precarização do homem que trabalha, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico capaz de dar respostas às situações-problemas oriundas de seu cotidiano (ALVES, 2011). Na medida em se desenvolve o *desemprego estrutural* e o *trabalho precário*, impulsiona-se, por outro lado, o *mundo dos pequenos negócios*, um imenso campo de reprodução ideológica (e material) do espírito da produção de mercadorias. Tal fato é apontado, inclusive, pelos ideólogos da burguesia, como sendo uma das saídas para o desemprego estrutural.

Jesus (2016) nos diz que as mudanças no mundo do trabalho, que tiveram no avanço da ciência e da tecnologia sua principal expressão, e a expansão do bolsão de desempregados pela necessidade do capital em acumular lucros e exigir uma maior qualificação - ainda que num processo de precarização e flexibilização do trabalho, facilitaram a expansão do *empreendedorismo*, enquanto prática salvadora das relações de trabalho - e a ideologia do sucesso - aparentemente como a busca pelo êxito pessoal e profissional, mas também, essencialmente, como saída para o desemprego e responsabilização do sujeito por sua condição social.

No Brasil, o chamado empreendedorismo vem sendo difundido nos ambientes universitários através de disciplinas em graduações, pós-graduações como um fenômeno relativamente novo e cada vez mais crescente na esfera acadêmica. Sob o espírito do toyotismo no capitalismo manipulatório, o novo discurso burguês de organização do trabalho incorpora uma nova forma, onde trabalhadores assalariados, jovens recém-ingressos ao mercado de trabalho e desempregados passam a serem *empreendedoras*, buscando-se esvaziar o discurso do conflito ou luta de classes ao disseminarem a ilusão de que os sujeitos humanos são postos jogando no time dos gestores, num patamar tal a tornarem-se “gerentes e chefes de si”.

Com essa estratégia, exige-se dos *empreendedoras* atitudes proativas e propositivas, capazes de torná-los membros de um novo (e precário) mundo do trabalho que visa o cumprimento de metas supostamente baseadas em uma espécie de receita de “sucesso profissional”. Dessa forma, a ideia de *empreendedorismo* voltado à “gestão de pessoas” implica disseminar valores, sonhos, expectativas e aspirações que emulem o trabalho flexível. Não se trata apenas de administrar recursos humanos, mas sim, de manipular talentos humanos, no sentido de cultivar o envolvimento de cada um com os ideais (e ideias) de uma gestão capitalista do trabalho.

As novas empresas capitalistas buscam, portanto, homens idealistas. Por isso, a ânsia pela juventude que trabalha, tendo em vista que os jovens operários e empregados têm uma plasticidade adequada às novas habilidades emocionais (e comportamentais) do novo mundo do trabalho. É o próprio *precarizado*, como expõe Alves (2013) enquanto camada social média do proletariado urbano precarizado constitu-

ído, por um conjunto de categoriais sociais imersas na condição de proletariado como, por exemplo, jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais; ou ainda os jovens-adultos recém-graduados desempregados ou inseridos em relações de emprego precário; ou mesmo estudantes de nível superior (estudantes universitários são trabalhadores assalariados em formação e muitos deles, estudam e trabalham em condições de precariedade salarial).

Este novo (e precário) mundo do trabalho que se amplia nos últimos trinta anos, é perceptível nos locais de trabalho reestruturados das grandes empresas que foram transfigurados com a inserção de operários e empregados subsumidos às novas condições salariais, jornadas de trabalho e alguns deles vinculados a novas modalidades de contrato de trabalho com mudanças no plano dos direitos e na forma de contratação do trabalho. Além disso, estes jovens operários e empregados estão à mercê dos novos padrões de produção, organização do trabalho e métodos de gestão e da própria perspectiva de carreira e de inserção no mercado de trabalho, em virtude do desemprego aberto que embora na década de 2000 tenha observado curvas descendentes, mantém-se em patamares elevados nas metrópoles, principalmente entre os jovens.

Sob a esfera do capitalismo global, a nova morfologia social do trabalho hoje abarca novos fenômenos inseridos no contexto do discurso *empreendedor* como o caso das Empresas Juniores, que tentaremos apreender, de modo ensaístico, nesse artigo. Desta forma, objetiva-se descrever o surgimento desse novo fenômeno do mundo burguês, compreender suas origens, modos de funcionamento e quais as políticas educacionais envolvidas que tem como finalidade promover a lógica da gestão-empresarial neoliberalista inculcando cada vez mais as ideologias do capitalismo-mercantil na educação brasileira.

O Empreendedorismo

a *acumulação flexível* do capital se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões

de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2011, p. 140 - 148)

Falar de um sujeito *empreendedor* é tratar, portanto, da construção de uma subjetividade inautêntica de um trabalhador polivalente, pois a dimensão da subjetividade presente nesse processo de trabalho está tolhida e voltada para a valorização e autorreprodução do capital, para a “qualidade”, o “atendimento ao mercado consumidor” e outras tantas formas de representação ideológica, valorativa e simbólica que o capital introduz no interior do processo produtivo. A “captura” da subjetividade operária agora perversamente reestruturada em *empreendedorismo* transcende a esfera da execução, para, além de produzir, pensar também que agora suas atitudes estão em confluência com o projeto e a mentalidade empresarial disseminada em nossa cultura. No entanto, como bem ressalta Antunes (2009), mesmo neste trabalho dotado de maior significado intelectual, imaterial, - como o dizem que é a atividade *empreendedora* - o exercício da atividade subjetiva está *constrangido* em última instância pela lógica da *forma/mercadoria* e sua *realização*.

Desse modo, a manipulação da subjetividade do trabalhador (HELOANI, 2003) que emerge da nova morfologia social do trabalho, o faz crer que agora este não é mais (mero) trabalhador, mas sim um *colaborador* e/ou *empreendedor*, o que nos revela na verdade a expressão de uma existência inautêntica e cada vez mais estranhada desse homem que trabalha. A ilusão aparente de maior liberdade, de gerência e controle sobre o próprio trabalho nos espaços produtivos tem como contrapartida o fato de que as personificações deste trabalho são na verdade conversões em personificações do capital, pois as regras do jogo permanecem imutáveis, de forma que, caso o sujeito *empreendedor* não demonstre tais “aptidões”, “vontades”, “desejos” e “disposições”, este será facilmente substituído por outros que demonstrem “perfil” e “atributos” para aceitar esses “novos desafios” (ANTUNES, 2009).

Empreendedorismo, Educação e Universidade

O ensino superior e os cursos profissionalizantes de ensino médio em nosso país são orientados quase que exclusivamente para a formação do “candidato a emprego”, um posto de trabalho, onde geralmente se exige pouco ou nada em termos de iniciativa própria e criatividade. A universidade é considerada fundamental neste processo porque ela é fonte multiplicadora do saber e forte formadora de opinião (1637 universidades, aproximadamente 3 milhões de estudantes e 12155 cursos presenciais).

O estímulo ao *empreendedorismo* e ao “espírito *empreendedor*” nas universidades estabelece uma complexa relação de fantasias com a formação de um profissional que será “diferenciado” para o mercado, seja enquanto gestor, trabalhador assalariado ou como “gerente de si”, um termo vulgar para designar o trabalhador precário e o desemprego estrutural. Tal ilusão da satisfação profissional procede que, enquanto *empreendedores*, estes futuros profissionais poderão criar empreendimentos julgo inovadores e proporcionar oportunidades de trabalho e realização profissional para outros trabalhadores. Como empregados “intraempreendedores”, poderão exercer muito mais sua criatividade, autonomia e liderança, ocupando lugar de destaque nas organizações.

Nessa fase do capital, caracterizada pelo desemprego estrutural, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se um discurso crescente de qualificar-se melhor e preparar-se mais para conseguir trabalho onde parte importante do tempo livre dos futuros profissionais está crescentemente voltada para adquirir “empregabilidade”, palavra que o capital usa para transferir aos trabalhadores as necessidades de sua qualificação, que anteriormente eram em grande parte realizadas pelo capital.

Estas ideologias representam os interesses da burguesia que atribui à educação (via escolas e universidades) o papel fundamental para a inserção no mercado de trabalho buscando amenizar os conflitos sociais e as divisões de classes. As escolas constituem-se desde o seu aparecimento como uma das formas de materialização desta divisão. Ela é o espaço por excelência, do acesso ao saber teórico divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização,

elaborada a partir da cultura de uma classe social. E, não por coincidência, é a classe que detém o poder material que possui também os instrumentos materiais para a elaboração do conhecimento. A escola, fruto de uma prática fragmentada, expressa e reproduz o pensamento da classe burguesa através de seus conteúdos, métodos e formatos organizacionais e administrativos, de forma a perpetuar o discurso *empreendedor* na educação.

Portanto, esta subordinação da política educacional aos aportes da acumulação capitalista tem provocado um redesenho na qualidade da educação superior, desvalorizando, quer em pública e/ou privada, a docência universitária, a pesquisa, a extensão e a implantação de Diretrizes Curriculares condizentes com as funções precípuas da universidade.

A formação profissional como processo dialético, dinâmico e determinado socialmente no conjunto mais geral de uma dada formação social, expressa o contexto contraditório da universidade; é um projeto que envolve capacitação continuada e não se reduz ao período de graduação. Heloani e Piolli (2005) expõem que a nova subjetividade requisitada dos trabalhadores se fixa em “manifestações propositivas” dos indivíduos, como a vontade de aprender, capacidade de enfrentar desafios, a disponibilidade para estudar e adquirir novos conhecimentos fora do horário de trabalho, inclusive nos finais de semana, muito mais do que nas possibilidades e nos limites reais relacionados à disponibilidade de tempo e aos rendimentos do trabalhador. Trata-se de um espaço amplo de preparação científica de quadros de profissionais, uma capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa alicerçada na vertente crítica, que permite ao/a profissional interpretar a realidade social no seu movimento estrutural e conjuntural.

No entanto, temos que a formação profissional na contemporaneidade, vem enfrentando desafios colocados para além da dinâmica da vida social, mas pela nova lógica da educação superior regulamentadas pela LDB (1996), que inaugurou um conjunto significativo de mudanças na concepção e na operacionalização do ensino com a política de governo pautada numa perspectiva de estratégia de redefinição das relações sociais, imprimindo nas universidades um modelo de gestão empresarial, estimulando a

sua privatização, o que Chauí (1999) denomina de “universidade operacional” ou “universidade de resultados de serviços”. Desse modo, um campo fértil para a disseminação do *empreendedorismo* e demais ideologias burguesas.

Em suma, as políticas educacionais direcionadas ao ensino profissional só serão desarticuladas da lógica econômica capitalista quando as contradições intrínsecas ao modo de produção forem aproveitadas e, no bojo das lutas, reivindicações e pressões da classe trabalhadora tentarem romper de maneira consciente com o círculo de dominação do capital sob as condições da globalização estranhada (ALVES & PUZIOL, 2010).

O Movimento Empresa Júnior (MEJ) e o caso das Empresas Juniores (EJs) da UNESP

Matos (1997) descreve que, no ano de 1967, em Paris, estudantes da ESSEC Business School, com necessidades de experiências práticas que complementassem a formação acadêmica obtida na graduação, fundaram uma associação sem fins lucrativos denominada Junior-Enterprise, com o objetivo de complementar a formação teórica adquirida na universidade através da aplicação prática encontrada na realidade empresarial (FEJESP, 1994).

Como uma escola superior de comércio, a ESSEC funda a primeira Empresa Júnior de que se tem conhecimento que passou a oferecer às empresas francesas, serviços de pesquisas e estudos na área de marketing e finanças. Em pouco menos de dois anos, as universidades francesas, seguindo a ESSEC, vivenciam um alto surgimento e fundação de novas empresas juniores sendo em 1969 fundada a CNJE – *Confédération Nationale des Junior-Enterprises*. Falava-se pela primeira vez então em um Movimento Empresarial Júnior (MEJ) objetivando defender e disseminar a marca “Empresa Júnior”, e visando assegurar a “qualidade” dos estudos realizados por estas associações. No começo dos anos 1980, o CNJE era composto por mais de cem empresas juniores.

Em 1988, por iniciativa da Câmara de Comércio Brasil-França o conceito de empresa júnior chega ao país. Surgem as primeiras empresas Juniores no Brasil: Empresa Júnior FGV da Fundação Getúlio Vargas e Júnior FAAP na Fundação Armando Álvares Penteado.

Em 1991 é criada a Federação de Empresas Júniores do Estado de São Paulo (FEJESP) que surge com o intuito de representar as empresas júniores perante a sociedade e governo, fomentar a troca de conhecimentos e desenvolver as empresas júniores e seus associados – universitários - no estado. Posteriormente em 2003 é fundada a Confederação Brasileira de Empresas Júniores (Brasil Júnior) que se tornaria o órgão representante máximo do movimento empresa júnior no território nacional.

Uma Empresa Júnior (EJ) é definida pelo estatuto da FEJESP – Federação das Empresas Júniores do Estado de São Paulo (1994) como uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída e gerida exclusivamente por estudantes de graduação da universidade à qual se insere, tendo como objetivo principal propiciar aos estudantes a oportunidade de aplicar e aprimorar os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso.

No prescrito, suas finalidades estão voltadas à promoção de atividades de caráter instrutivo e científico de acordo com os preceitos de estudo, pesquisa e extensão universitária da instituição de ensino superior ao qual está vinculada. A principal atividade desenvolvida pelas empresas júniores para atingir suas finalidades dá-se sob a forma de projetos de consultoria orientados por docentes (OLIVEIRA, 2004).

Uma empresa júnior pode ser compreendida como:

uma estrutura colocada à disposição dos estudantes de uma determinada instituição de ensino [superior], na qual podem ser elaborados e implementados projetos e estudos que propiciem a estes estudantes um maior contato com a realidade social e de mercado. Cabe, então, entender esta associação como um laboratório onde poderão ser realizadas experiências que permitam o desenvolvimento do aprendizado e do intercâmbio entre a universidade e a sociedade, a partir do trabalho de um corpo específico formado por estudantes de graduação devidamente orientados e apoiados pela instituição de ensino. (MATOS, 1997, p. 22)

A Empresa Júnior constituída como “pessoa jurídica” e, portanto, necessariamente portadora de um CNPJ, estabelecida na estrutura

física da universidade e contando com a participação de discentes e docentes, sem estar subordinada ao cumprimento de procedimentos burocráticos, visa a formação de parcerias estreitando os relacionamentos entre o corpo docente, discente, entre o mercado e demais organizações e instituições.

Constituindo-se como uma associação civil sem fins lucrativos, uma empresa júnior possui um conjunto de normas que orientam sua finalidade e definem de seu modo de funcionamento a pré-requisitos para o ingresso de seus participantes. Tais informações, que estabelecerão regras para sua atuação, são reunidas num documento formal sob forma de estatuto social. (MATOS, 1997). Tal associação é composta exclusivamente por estudantes de graduação da instituição de ensino na qual se insere (FEJESP, 1994) não sendo atuante, portanto, o estudante advindo de outras instituições e/ ou aquele que já tiver concluído a graduação.

O Projeto Empresas Juniores surgiu na UNESP em 1992 com a criação da Paulista Jr. – Projetos e Consultoria localizada no campus da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e que englobava estudantes dos cursos de administração, economia, pedagogia, ciências sociais e letras. Com a implementação deste movimento, a UNESP desde então tem como objetivo estimular o empreendedorismo e a formação profissional “diferenciada” que em sua visão gestora-política, busca a inserção de seus alunos mais facilmente no mercado de trabalho.

É somente a partir do ano de 2005 que a UNESP passa a acompanhar de perto os desdobramentos de tal movimento devido à olhares atenciosos de interesses privados, como o caso do Banco Santander que destina um braço de sua organização, o *Santander Universidades*, apenas para tratar de assuntos pertinentes ao empreendedorismo universitário. Como citado anteriormente as empresas juniores prestam serviços, em forma de consultoria, à micro e pequenas empresas da região em que estão situadas, com o intuito de colaborar com o desenvolvimento da região auxiliando de forma assistencialista os “mini-empresários” que nela se situam. O valor cobrado por cada serviço prestado costuma ser abaixo dos praticados por uma “consultoria-sênior” e por serem associações civis sem fins lucrativos, o dinheiro recebido acaba unicamente por ser utilizado

para investimentos e manutenções na própria empresa júnior ou mesmo no MEJ, de forma que seus membros não recebam nenhum tipo de remuneração, o que evidencia o trabalho precário ao qual está sujeita a juventude estudantil.

Antes de 2005, a UNESP havia reformulado seu estatuto para incluir a existência dos campi experimentais – hoje unidades diferenciadas – pois muitos desses já estavam em funcionamento e corriam o risco de cair na ilegalidade jurídica caso não constassem no estatuto da universidade. Desde então, o órgão administrativo da UNESP não faz maiores alterações em seu estatuto, o que faz com que as empresas juniores contidas em suas estruturas não fossem incluídas até a presente data, o que se torna então um dos grandes itens na pauta de reivindicações do MEJ dentro da UNESP, pois sem tal inclusão, não haveria chances de repasse de verba para as diferentes empresas juniores que compõem a universidade.

Cabe pontuar que a constante crítica feita à esse movimento dentro das dependências da própria UNESP, é de que uma vez estando incluso e usufruindo do espaço público, as empresas juniores exerceriam dupla cobrança de tributos junto à sociedade, de tal modo que esta última já contribui, por meio do pagamento de impostos, com o desenvolvimento da estrutura universitária que tem a UNESP e acabaria por também arcar com os serviços prestados pelas EJ's, o que acarreta um estado de ilegalidade jurídica frente à própria política da educação de ensino superior no Brasil.

Considerações finais

A organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital, o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva, constituída para cooperar com a lógica da valorização. Dessa forma, o trabalhador é encorajado a pensar “proativamente” e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (CHAPADEIRO, 2013). Na empresa toyotizada cria-se um ambiente de desafio contínuo, *empreendedor*, em que o capital não despensa, como fez o fordismo, o “espírito” do trabalhador. O que significa que, se no fordismo o trabalhador na linha de montagem, executando tarefas monótonas

e repetitivas, pensava demais, ou tem muito mais possibilidade de pensar como ressaltou Gramsci (1984), o que poderia levá-los “a um curso de pensamento pouco conformista”, sob o toyotismo, o trabalhador pensa e é obrigado a pensar muito mais, mas colocando a inteligência humana a serviço do capital.

Além do saber operário, que o fordismo expropriou e transferiu para a esfera da gerência científica, para os níveis de elaboração, a nova fase do capital, da qual o toyotismo é a melhor expressão, visa apropriar-se da dimensão intelectual e das capacidades cognitivas deste “novo trabalhador *empreendedor*”, procurando envolvê-lo ainda mais forte “capturando” sua subjetividade. A proposta das empresas juniores de trabalhos em equipes, círculos de controle e sugestões oriundas de todos os níveis hierárquicos da organização nada mais são que formas de gestão já apropriadas pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva, onde ideias somente são aproveitadas após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) tendo como finalidade reproduzir de modo fidedigno as práticas do mercado no interior da esfera acadêmica.

Amplia-se então a condição de proletariedade que, com a nova precariedade salarial, incorpora as camadas sociais ditas de “classe média”. A nova precariedade salarial que inaugura a “nova questão social”, explicita a precarização estrutural do trabalho como um traço compositivo ineliminável da nova dinâmica do capitalismo global. Por outro lado, a precarização do homem-que-trabalha, traço indelével da nova precariedade salarial, com a dessubjetivação de classe, “captura” da subjetividade e redução do trabalho vivo a força de trabalho, colocam obstáculos efetivos à formação da consciência de classe e, portanto, à formação do sujeito histórico do proletariado como classe social.

Neste novo momento histórico de acumulação de capital sob o espírito do toyotismo no capitalismo manipulatório, verifica-se que de forma sutil se cria novos conceitos para justificar o desemprego, a miséria, os trabalhos precários e terceirizados, sendo que a responsabilidade desta situação social é transferida ao próprio trabalhador por não ter se qualificado, se preparado para as mudanças que estão ocorrendo, não estar apto e não estar empregável, pois não atende os requisitos exigidos para o trabalho e, portanto não se

caracterizou como um *empreendedor*. Às universidades são atribuídas funções conservadoras de preparação e impulsão para o mercado de trabalho, estimulando a formação de uma força de trabalho cada vez mais voltada para a lógica neoliberal.

Entende-se que este discurso ideológico da classe dominante tem como estratégia, desviar a atenção ou mesmo fazer crer para a classe trabalhadora que possibilidades existem, mas que é preciso se preparar para elas, estudando e “lutando na vida” a fim de alcançar o “sucesso” na sociedade do consumo. Percebe-se que em nenhum momento os intelectuais dos interesses do capital inseridos na UNESP, mencionam o processo de acumulação de capital e que os novos modos de produção têm contribuído para a eliminação de milhares de postos de trabalho ou contribuindo para a precarização dos trabalhos existentes. Não se mencionam também os processos cada vez mais crescentes da terceirização e contratação por tempo parcial, temporário e destituído de direitos como muitas vezes os próprios universitários que compõem uma empresa júnior são assujeitados.

Tal ideologia do capital contribui ainda mais para a individualização do jovem trabalhador, principalmente os recém-formados, pois a conquista do emprego depende apenas dele, de se tornar empregável neste mercado e assim torna-se cada vez mais individualista, e na esfera produtiva tais ideias ganham reforço, o que prejudica e afeta a ação sindical, pois a questão deixa de ser coletiva e passa a ser vista como solução do indivíduo, do sujeito, que deve se adequar, adaptar-se e tornar-se empregável, ou até mesmo lutar para manter-se no emprego.

O local de trabalho por si mesmo deve ser um agente de socialização e educação dos indivíduos. Nas atuais condições sociais, as pessoas dedicam ao trabalho mais de um terço das horas do dia. Inseto na teia de relações de trabalho, o indivíduo é conclamado a desenvolver habilidades; conhecer técnicas; exercitar uma disciplina individual ou coletiva; e, sobretudo, aderir a valores que frequentemente transcendem o âmbito restrito do universo de trabalho (VIEITEZ; DAL RI, 2009).

Por estarem inseridas na academia, portanto, as empresas juniores deveriam caracterizar-se como espaços de educação informal e trabalho associado efetivando-se como empresas autogestioná-

rias (VIEITEZ; DAL RI, 2000) que se propõem a ser. Instaurando novas relações de trabalho que sejam coniventes com esse tipo de organização, e que possam ir educando e (re)educando estes trabalhadores-universitários na medida em que buscam passar de uma sociabilidade baseada na competitividade para outra que tem a solidariedade como referência, de modo que a lógica toyotista aplicada à esfera produtiva do mundo do trabalho atualmente não seja mais encontrada no processo educacional que vem cada vez mais favorecendo somente os interesses do capital.

O trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, junto à educação, sua categoria derivativa, pode promover mudanças consideráveis na realidade social do modo de produção contemporâneo, não sob a perspectiva ideológica e economicista, dita *empreendedora*, que prioriza uma educação alienada e submissa aos ditames capitalistas, mas no interior de uma *práxis* emancipatória que transcenda tal lógica do capital.

Referências

- ALVES, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaios de Sociologia do Trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.
- _____. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: VIZZACCARO-AMARAL, A., MOTA, D.P., ALVES, G. (Orgs.). **Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI**. São Paulo: Ltr, 2011.
- ALVES, G. PUZIOL, J.K.P. **As metamorfoses do mundo social do trabalho e a educação profissional: elementos para uma crítica da ideologia da educação profissional disseminada pela UNESCO no Brasil**. In: **Revista da Rede de Estudos do Trabalho –RET**. Ano III, n. 06, 2010.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed., 10. reimpr.rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**, n. 9.394, de 20/12/1996.
- CHAPADEIRO, B. **Trabalho e Gestão através do Cinema**. Bauru: Canal 6, 2013.
- CHAUÍ, M.A. Universidade Operacional. In: **Folha de São Paulo**, 09 maio. 1999. Caderno Mais!
- FEJESP – Federação das Empresas Juniores do Estado de São Paulo. **Estatuto Padrão de Constituição de Empresas Juniores**. São Paulo, 1994.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna** - Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural. 21ª Ed. São Paulo: Editora Loyola, 2011.

HELOANI, J.R.M. **Gestão e organização no capitalismo globalizado** - História da Manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

HELOANI, R.; PIOLLI, E. A falácia da qualificação: dilemas do(des)empregados profissionais de nível superior. **Revista USP**. 64 (fev. 2005), 201-211.

JESUS, N.C. **Rua 25 de Março**: entre a informalidade, o empreendedorismo e a precarização. 2016. 157 f. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/305700>. Acesso em: 30 fev. 2022.

MATOS, F. **A empresa júnior no Brasil e no mundo**. São Paulo: Ed. Martin Claret Ltda, 1997.

OLIVEIRA, E.M. **Empreendedorismo social e empresa júnior no Brasil**: o emergir de novas estratégias para formação profissional. São Paulo: FAE, 2004.

VIEITEZ, C.G.; DAL RI, N.M. **Mudança social na América Latina, trabalho associado e educação**. Araraquara: Junqueira & Marin; Marília: Grupo O&D, 2009.

_____. Educação e organizações democráticas. *In*: DAL RI, N. M.; MARRACH, S. A. (Org.). **Desafios da educação do fim do século**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000.